

ANDRADE, Adriano Dias de; BERNARDINO, Andressa Lira; SILVEIRA, João Gabriel Pereira da; LIMA, Widma Sandrelly Maria de. A revisão de textos enquanto atividade social: norma, prática e poder. *Revista Intercâmbio*, v.LIII, e61736, 2023. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

<https://doi.org/10.23925/2237-759X2023V53e61736>

A REVISÃO DE TEXTOS ENQUANTO ATIVIDADE SOCIAL: NORMA, PRÁTICA E PODER

PROOFREADING AS A SOCIAL ACTIVITY: NORM, PRACTICE AND POWER

Adriano Dias de ANDRADE¹
(Universidade Federal de Pernambuco)
adriano.dandrade@ufpe.br

Andressa Lira BERNARDINO²
(Universidade Federal de Pernambuco)
andressalirabernardino@gmail.com

João Gabriel Pereira da SILVEIRA³
(Universidade Federal de Santa Catarina)
jgsilveira96@gmail.com

Widma Sandrelly Maria de LIMA⁴
(Universidade Federal de Pernambuco)
widmasandrelly@gmail.com

RESUMO: Todas as inúmeras versões de um texto carregam o trabalho árduo do revisor, que aprimora o texto até que este chegue não na sua versão final, mas na versão possível, considerando-se a norma, o canal,

¹Doutor em Letras (Linguística) pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (PPGL/UFPE); revisor de textos; secretário executivo da Divisão de Gestão de Dados e Tecnologia da Informação, Biblioteca Central, Universidade Federal de Pernambuco (DGD TI/BC/UFPE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4199-0069>

²Mestranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPE). Bacharela em Letras, com ênfase em Literatura. Foi bolsista Proexc/UFPE, no período de 2021 a 2022, atuando como revisora e redatora de textos na Coordenação de Gestão Editorial e Impacto Social (CGEI) e na Estudos Universitários: revista de cultura. Foi colaboradora do projeto de extensão "COVID-19: Orientações para Profissionais de Saúde", em 2020. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6132-3645>

³ Mestrando em Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGET/UFSC); Bacharel em Letras (ênfase em Linguística) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); revisor de textos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3304-1768>

⁴ Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Uninassau; graduanda em Letras (Licenciatura em Inglês) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); revisora de textos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3636-5699>

o público e o propósito. A partir disso, este artigo objetiva discutir três âmbitos que se limitam e se complementam no trabalho do revisor – a norma, a prática e o poder –, propondo um olhar sistêmico e inter-relacional entre eles e pensando-os dentro de uma conjuntura social em que sobressaem os delineamentos sociais, destacando o apagamento do revisor, o manto institucional e as expectativas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão de textos; norma; prática; poder

ABSTRACT: *All the countless versions of a text carry the proofreader's hard work, who polishes the text until it gets not its final version, but the possible version, taking into account the norm, the channel, the audience and the purpose. Bearing this in mind, this paper aims to discuss three areas that are limited and complemented in the proofreader's work – norm, practice and power –, also proposing a systemic and interrelational look between these areas, and thinking them in which social delineations stand out, thus highlighting the proofreader's weakening, the institutional protection, and the social expectations.*

KEYWORDS: *Proofreading; norm; practice; power*

1. Introdução

O que faz um profissional de revisão de textos? O que ele leva em conta ao considerar um texto publicável? Como a norma, o poder e a prática modificam a maneira como esse profissional lida com seu material de trabalho? Como e em que medida o profissional de revisão de textos interfere no processo de escrita de um texto? Como e quando ele aparece para o público leitor? Essas e inúmeras outras questões podem ser suscitadas a partir da problemática, que é, ao mesmo tempo, teórica e prática, sobre as relações sociais e discursivas que perpassam a natureza do trabalho de revisão de textos na contemporaneidade.

Antes de adentrarmos nas minúcias dessa profissão, precisamos apresentar a definição daquilo que lhe dá ofício: o texto. Segundo Athayde et al. (2021), o texto é uma série linguística empírica corroborada e produzida em determinada prática social; é a realização da língua, fruto das práticas sociais em qualquer suporte (argila, papel, tela etc.) e modalidade (falada, escrita, digitada, gesticulada etc.). Neste artigo, especificamente, escolhemos utilizar esse conceito para remeter apenas à sua versão escrita/digitada, por ser esta a mais usual quando se trata de revisão de textos.

Longe de ser uma atividade desprovida de embates, o trabalho de revisão parece requerer não apenas competências técnicas altamente especializadas e *soft skills* cada vez mais valorizadas pelo mercado de trabalho, mas, também, uma reflexão e consciência linguística que extrapolam os lugares da norma e da padronização de textos.

Considerar o texto enquanto continuação de outros textos, como elemento de dialogismo sociocultural, atravessado por rebatimentos contínuos e históricos, e, ao mesmo tempo, compreendê-lo na sua singularidade, a partir das idiossincrasias inerentes a qualquer atividade linguística, não é tarefa que possa ser realizada ingenuamente. É preciso consciência dos movimentos intra e transtextuais, morfossintáticos, semânticos e pragmáticos, bem como das expectativas sociais ou modelos culturais que, em nossa sociedade, estruturam a compreensão e o reconhecimento do que seja texto, para, com algum nível de segurança, pisar nos solos movediços e imprevisíveis da revisão de textos.

Este trabalho – que tem natureza teórico-exploratória e foi escrito por profissionais de revisão de textos – toma *norma, prática e poder* como categorias teóricas indispensáveis para o escrutínio das relações sociais e discursivas que perpassam o trabalho de revisão a partir das seguintes perguntas de pesquisa: como a relação entre norma, prática e poder pode explicar o trabalho de revisão de textos? E quais delineamentos sociais podem ser agenciados para explorar a natureza do trabalho de revisão?

O trabalho está organizado em três seções, além desta introdução. Na primeira, debatemos os conceitos de *norma, prática e poder* como a tripodia do trabalho de revisão. A partir de cortes, ritmos, interdições e influências que essa atividade social envolve, essas categorias são inter-relacionadas no nosso debate teórico e expressam o quão delicadas e complexas são as minúcias da atividade de revisão de textos.

Na segunda parte, esses horizontes de compreensão são ainda mais aproximados através do aprofundamento de delineamentos sociais envolvidos tanto na execução das atividades de revisão como no reconhecimento social dessas ações. Para tanto, propomos as categorias *manto institucional, apagamento do revisor* e *expectativas sociais* como constructos que caracterizam importantes aspectos da atividade de revisão. A partir dessas categorias, trazemos também uma perspectiva legislativa sobre o assunto, apresentando o Projeto de Lei nº 5084/2020 (BRASIL, 2020), que, por sua vez, pretende regulamentar a profissão. Discutimos, ainda, como o *apagamento do revisor* serve à categoria e quais são as consequências desse processo. Por fim, em uma perspectiva mais imagética, problematizamos como os profissionais da revisão são compreendidos e reconhecidos socialmente e como o público leitor parece

recepcionar o resultado das negociações entre autores e profissionais de revisão de textos.

Nas considerações finais, elaboramos um compêndio das reflexões empreendidas nas seções anteriores, indicando outras nuances que podem ser acionadas para a pesquisa sobre a atividade de revisão de textos, indicando caminhos não percorridos nesta pesquisa que podem ser trilhados a partir de outras perspectivas teórico-profissionais.

2. Perspectivas Teóricas

Nesta seção, nos dedicamos à discussão das categorias teóricas *norma*, *prática* e *poder*, relacionando-as à natureza do trabalho do profissional de revisão de textos. Espera-se, com esta reflexão, lançar luz sobre aspectos da atividade de revisão de textos que nem sempre são discutidos em pesquisas e publicações que se dedicam ao tema, aspectos estes, também, que frequentemente privilegiam a norma da variante de prestígio social como alicerce teórico para os debates em torno da atividade de revisão.

2.1 Norma

Um dos pré-requisitos basilares da revisão de textos é o respeito aos parâmetros normativos da língua, ou melhor, da variante de prestígio em que a revisão é realizada. No que se refere à Língua Portuguesa Brasileira (LPB), existem várias especificidades da norma gramatical vigente que devem ser focalizadas pelo profissional de revisão sem que este adote, necessariamente, um papel meramente prescritivista e conservador no trabalho de revisão, já que sua atuação precisa ser flexível (OLIVEIRA, 2016; RIBEIRO, 2009).

Ao discorrer sobre norma-padrão, seus outros nomes e sobre a avaliação de produções escritas, Vieira (2017) chama a atenção para o fato de que não existe norma superior do ponto de vista estritamente científico e que, igualmente, não existe uma norma “pura”. Do contrário, todas as normas, por refletirem as atividades sociais, são mesclas de outras normas, sendo, portanto, sempre construções híbridas. Discutindo a confusão entre as terminologias usadas para designar norma e língua, Vieira (2017:11, grifos do autor) explica:

Produtos de um ambiente social que ilusoriamente se afirma monolíngue, as gramáticas normativas luso-brasileiras costumam denominar de *norma-padrão* ou *norma culta*, indistintamente, a língua por elas prescrita. [...] devo dizer que, além de ‘norma’, também esses termos costumam qualificar ‘língua’ na tradição gramatical, de modo que as obras sob esse

paradigma por vezes utilizam as expressões *língua padrão*, *língua culta* e até mesmo *língua padrão e culta*, resultando em múltiplas denominações para a construção sócio-histórica de um modelo ideal e abstrato de língua, eleito como o único correto e verdadeiro.

A discussão em torno da precisão terminológica e da natureza de norma e língua (brasileira) não é matéria cara apenas aos professores de português e aos linguistas. Também o profissional de revisão é um agente social sobre quem recai o *peso* de uma norma enquanto expectativa social que lhe caracteriza como uma espécie de vigilante da gramática (normativa), de salvador da *Pátria do Bem-Escrever*, de justiceiro das palavras. Assim, quer seja para adquirir consciência teórico-social sobre a natureza do seu trabalho, quer seja para lhe salvaguardar na tomada de decisões ou para lhe imbuir de argumentos linguísticos mais sólidos capazes de justificar suas intervenções textuais junto a autores e editores, torna-se essencial que o profissional de revisão de texto não apenas tenha clareza do que seja norma e língua, mas também que identifique as múltiplas normas e possibilidades de linguagem que o PB contemporâneo pode oferecer como *opções do dizer*.

De acordo com Rodrigues (2015), a revisão do texto é, sobretudo, uma prática discursiva que envolve a (re)construção, a reprodução e a circulação de sentidos, mesmo que, em casos mais simples, a intervenção do profissional de revisão seja reduzida a modestas alterações de cunho ortográfico. Isso implica dizer que, apesar de a norma ser um critério essencial na prática de revisão de textos, ela não é o único fator a ser considerado, já que todo texto possui um caráter sociodiscursivo e deve, portanto, ser devidamente adequado ao público-alvo a que se destina (OLIVEIRA, 2016).

É importante salientar, também, que há momentos em que o profissional de revisão deve saber distinguir os usos da norma de prestígio e os de outras variantes, com vistas à já mencionada adequação do texto ao contexto comunicacional no qual se insere. Acerca disso, Mourão (2010) ressalta que cabe a todo profissional do texto o domínio de um amplo repertório de opções linguísticas e dos saberes técnicos necessários para o manejo adequado e consciente da língua em diferentes situações de produção e recepção dos textos, uma vez que a revisão destes é uma atividade através da qual o profissional lida cuidadosamente com escolhas alheias.

Para que esse manejo seja feito de maneira eficiente e embasada, existe uma variedade de ferramentas de consulta que auxiliam o profissional de revisão no tocante às questões de norma gramatical da LPB. Além dos manuais de redação e das gramáticas normativas já bastante conhecidas, é importante mencionar o Vocabulário Ortográfico

da Língua Portuguesa (Volp)⁵, atualizado em 2022 e vinculado à Academia Brasileira de Letras (ABL), que informa a grafia, a classe gramatical, a separação silábica e demais informações das palavras registradas na plataforma.

Destaca-se, também, a importância dos corretores gramaticais automáticos, que, apesar da inconsistência na identificação dos equívocos no texto, uma vez que os mais usuais são ainda incapazes de compreender idiossincrasias, ironias, metáforas etc., auxiliam na identificação de pontos do texto que podem ser melhorados pelo profissional de revisão, principalmente na parte mais superficial da correção, como erros de digitação, ortografia e repetição de conectivos.

2.2 Prática

Após apreender a norma e ter em mente que ela é o marco inicial do trabalho com o texto, precisamos reapresentar a definição de *texto* utilizada neste artigo antes de partir para a definição de prática. Athayde et al. (2021) afirmam que o texto é uma série linguística empírica corroborada e produzida dentro de uma prática social; é a manifestação de uma determinada língua, resultado das práticas sociais, disponível em qualquer que seja a modalidade e o suporte.

Ora, se é na prática social que o texto é produzido, como apontam Athayde et al. (2021) e Marcuschi (2010), também é na prática que ele deve ser revisado. Não na prática apenas como corporificação da teoria, mas antes numa prática que se aproxima do conceito marxiano de *práxis*, onde essa prática, em processo dialético, inclui a teoria e opõe-se a ela, modificando-a e sendo por ela modificada num processo cíclico, vivo, assim como é vivo aquilo que lhe dá corpo: a língua.

Indo além, podemos afirmar que essa prática, assim como a *práxis* marxiana, deve ser formada, como conceitua Silva (2017:76), por três partes de um todo: "a *práxis* filosófica, a *práxis* produtiva e a *práxis* política (revolucionária)". Em outras palavras, a prática que envolva o pensar sobre a norma, como ela se constitui, o que ela implica, o que se diz quando nos valem dela para cortar um texto ou ainda quando não o cortamos, por exemplo; os produtos que o profissional de revisão gera a partir dessa prática e, por fim, como o fazer coletivo muda essa norma. Sendo essas três práticas indissociáveis, uma, inteira, assim como é a *práxis* marxiana, conforme Silva (2017), é a prática que deve guiar o trabalho do profissional de revisão.

⁵ O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) conta atualmente com 382 mil entradas, é de acesso livre e gratuito e pode ser consultado em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>.

Esse trabalho de revisão consiste, segundo d'Andrea e Ribeiro (2010), em retextualizar e reescrever, editar e revisar. Os autores apontam para a dificuldade em conceituar, diante da divergência encontrada na literatura, qual o trabalho do profissional de revisão de texto.

Edição, retextualização, revisão, reescrita e até tradução – entre modalidades na mesma língua – são termos que aparecem, dependendo de cada teórico, mais perto ou mais distante dentro do espectro de sinonimização. Para uns, mais distantes da realidade da profissão, esses profissionais do texto devem ater-se apenas às questões gramaticais, enquanto outros teóricos afirmam que essa adequação vai além, envolvendo questões de coesão e coerência não apenas do texto nele mesmo, como também na relação desse texto com os demais – o chamado conhecimento enciclopédico. O que esse texto quer dizer? Quais mensagens ele traz? Qual a sua finalidade? Em outras palavras, a prática dirige-nos para o ponto mais cirúrgico do texto: o propósito comunicacional e a adequação sociodiscursiva.

O propósito refere-se a não apenas adequar o texto às normas gramaticais, mas também a torná-lo parte de um conjunto que nos leva, por vezes, a retextualizar parte de uma entrevista com marcas de oralidade, a reescrever um trecho truncado, a editar, reeditar e revisar um texto com o propósito de chegar a uma das possíveis versões finais, visto que o texto definitivo é *impossível*, conforme termo usado por Athayde et al. (2021).

Tendo o conhecimento do propósito comunicacional é que se pode adequar o texto na medida: nem para menos, fazendo com que o texto desafine em relação às demais produções; nem para mais, para que não entremos na zona perigosa da hipercorreção ou de uma artificialidade, formatando um texto complexo até que se torne simplório apenas para seguir regras gramaticais confusas, inúteis e descoladas dos usos contemporâneos.

Segundo Mourão (2010), o revisor deve ter uma formação que vá além das questões gramaticais ou dos gostos pessoais. É preciso englobar um saber linguístico amplo e consistente, levando em consideração que a variação linguística é um fato incontornável. Logo, para algumas questões práticas, a maioria das gramáticas não trará o alento da consistência; esse alento poderá ser encontrado no saber empírico da experiência, na quantidade e frequência com que determinado termo é utilizado, em que canais, e, de novo, com que propósito. A experiência tem nos mostrado que, em alguns casos, exige-se muito mais conhecimento e energia para não modificar um texto do que para modificá-lo.

2.3 Poder

A prática da revisão, munida de ferramentas como parâmetros normativos da língua e noções mais abrangentes quanto às realizações e objetivos de um texto, ocupa-se de escolhas decisivas no processo comunicativo. Isso porque a posição do profissional de revisão de textos carrega em si a autoridade de reformular o texto original, por vezes recalculando percursos em busca da adequação da estrutura aos propósitos comunicacionais. Tal atividade requer, portanto, certa autonomia fincada em um local de poder.

No capítulo intitulado “Discurso, poder e acesso”, do livro *Discurso e poder*, Van Dijk (2020) debruça-se sobre os padrões de acesso ao discurso, investigando o abuso de poder, sua reprodução e sua legitimidade por meio de textos e falas de grupos e instituições dominantes. De modo sucinto, como ferramenta de acesso à discussão, o capítulo oferece, de início, alguns conceitos para formulação de um panorama sobre o poder, alegando que o poder é uma propriedade de grupos sociais ou instituições. Este primeiro aspecto justifica, por exemplo, por que o poder é observado – naquele livro – em sua dimensão social, e não individual. Assim, o poder trata-se de um controle exercido por um grupo ou organização sobre outro grupo, limitando-os em seus conhecimentos, atitudes e ideologias (VAN DIJK, 2020).

Entretanto, como nos mostra o autor, a estrutura de poder em si não é problemática. Esta dimensão surge posteriormente quando há recortes específicos sobre discursos racistas, por exemplo, caracterizando assim não somente poder, mas um abuso de poder. Van Dijk (2020) aponta que a diferença entre *poder* e *abuso de poder* existe porque o poder de um modo geral está atrelado às atividades cotidianas, podendo apresentar-se por meio da posição mediadora de um professor em sala de aula em relação aos seus alunos, de um juiz emitindo mandatos etc.

O abuso de poder caracteriza-se pela dominação operada por meio do discurso, e esse nível – assimétrico em contextos de desigualdade de acessos – conta com grupos e instituições para o manejo do poder social. Os tipos de poder seriam vários, “de acordo com os recursos empregados para exercê-los” (VAN DIJK, 2020:117). Assim, considerando as ferramentas com as quais opera-se o poder, depreende-se também um contexto proporcionado por esses vários aparatos para sua realização. Então, os grupos, de acordo com Van Dijk (2020:118):

(...) podem exercer maior ou menor controle sobre outros grupos ou apenas controlá-los em situações ou domínios sociais específicos. Além disso, os grupos dominados podem, em menor ou maior grau, aceitar,

consentir, acatar, legitimar ou resistir a esse poder e até mesmo achá-lo “natural”.

Além disso, é importante considerar que “o poder dos grupos dominantes pode estar integrado a leis, regras, normas, hábitos e mesmo a um consenso geral” (VAN DIJK, 2020:188). A partir desses traços gerais que caracterizam o poder e o abuso de poder, nos interessa observar a delimitação/mapeamento das relações de poder que envolvem a atividade de revisão, refletindo de que modo o poder *acontece* e, sobretudo, como ele está estruturado dentro dessa prática.

Em um contexto social que privilegia a escrita, a atividade de revisão ocupa, por vezes, um local de prestígio. Isto porque, até os anos 1980, havia uma tendência que considerava a escrita como um elemento não somente autônomo, mas superior à oralidade, tendo como produto o que Marcuschi (2010:16) chama de uma “noção da supremacia cognitiva da escrita”. Para este autor (MARCUSCHI, 2010:16-17), a estratificação desse uso, desmembrado de suas funções sociais, revela como a escrita:

(...) se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia a dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso, friso que ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um *status* mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder.

Na prática de revisão, como já vimos, pode-se dizer que o poder se relaciona intimamente com a posição de tomada de decisões, pois são eleitos direcionamentos para a realização ou não de determinadas interferências no texto. A dimensão excessiva desse poder, porém, pode privilegiar escolhas de modo arbitrário, dando lugar à hipercorreção. De acordo com Mourão (2010:164), a “hipercorreção, como o termo por si só indica, é um excesso de correção, uma correção que ultra-passa o domínio do que deve ser ‘corrigido’”. Dentro dessa perspectiva, a hipercorreção seria um exemplo de abuso de poder.

Tomar o gosto pessoal simplesmente como régua, por sua vez, caracterizaria outro movimento de exercício de assimetria de poder na atividade de revisão – sendo, portanto, algo com que se deve ter extremo cuidado. É preciso despir-se de vaidade profissional e intelectual para, de forma consciente e sistemática, atuar apenas nos meandros textuais que carecem de alguma correção ou padronização. É preciso cautela para não incorrer à tentação de coescrever o texto, transgredindo a ética que deve

pautar o profissional de revisão e transpassando os tênues limites da coautoria.

Para evitar essas desvirtudes, não parece haver receituário mágico. No entanto, mais uma vez, a prática deve nos conduzir a um local com algum grau de conforto no qual se possa colocar o texto recebido em evidência, respeitando o seu pacto autoral, seu endereçamento ao público leitor, seu estilo, suas escolhas morfosintáticas, seu propósito comunicacional e sua adequação sociodiscursiva. Para tanto, é preciso reconhecer as assimetrias de poder que podem tomar o lugar da revisão, evitando, assim, a repetição de movimentos excludentes e o exercício narcisista da intelectualidade.

3. Delineamentos Sociais

Nesta seção, iremos nos debruçar sobre questões que envolvem a atuação do profissional de revisão na esfera institucional, o apagamento do revisor frente aos processos de reescrita e reelaboração de textos e o papel social desse profissional enquanto especialista do texto. Para fins de organização, dividimos esta seção em três partes: Manto Institucional, Apagamento do Profissional de Revisão e Expectativas Sociais.

3.1 Manto Institucional

Além das considerações anteriores acerca da *norma*, da *prática* e do *poder* no tocante à função desempenhada pelo profissional de revisão de texto, é importante salientar, também, a atuação desse profissional no âmbito institucional, público ou privado, que se caracteriza como um potencial espaço de reflexão e atuação sobre a prática de revisão de textos.

Nesse sentido, a dimensão institucional do trabalho de revisão passa, obrigatoriamente, pelo reconhecimento da atividade como profissão. Portanto, citamos a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei (PL nº 5084/2020), que objetiva a regulamentação da profissão do *revisor de textos*, ficando este profissional responsável pela verificação de prováveis equívocos cometidos no processo de redação e transcrição de textos, sejam estes físicos ou digitais (BRASIL, 2020). O projeto, que ainda será votado na Câmara dos Deputados, assegura alguns direitos trabalhistas básicos e o acesso a itens necessários para a realização da tarefa.

Embora esse amparo legal ainda não seja vislumbrado no horizonte da atuação do profissional de revisão, existe uma forma de amparo ou proteção institucional sob a perspectiva do reconhecimento social. A

Universidade, por exemplo, é um dos principais espaços em que esse profissional pode atuar e especializar-se na área, seja por meio da atuação em um periódico acadêmico, em um projeto de extensão, em um estágio ou editora, ou em uma atividade profissionalizada (embora ainda não regulamentada por lei).

Qualquer que seja seu ambiente de atuação, o profissional de revisão de texto encontrar-se-á amparado pelo manto institucional. Na Universidade, o revisor iniciante ou profissional estará envolto em um ambiente altamente ritualizado e historicamente privilegiado, reconhecido socialmente como espaço de autoridade e conhecimento, como uma espécie de manto institucional.

Além disso, será este manto que irá garantir a proteção do revisor, uma vez que as atividades desenvolvidas no escopo da revisão de textos serão todas amparadas pelo nome da instituição, e não de quem ficou responsável pela atividade em si. Eis o motivo pelo qual optamos por denominar esta seção de Manto Institucional.

Para além dessa proteção institucionalmente garantida, é importante salientar, também, que há certas limitações impingidas pelas instituições no tocante ao manejo de textos, como a impessoalidade. A impessoalidade é uma característica frequente em textos que circulam no meio institucional, uma vez que as entidades – sobretudo governamentais – prezam pela neutralidade discursiva em certos casos e esse fator deve necessariamente ser levado em consideração na redação e posterior revisão dos textos.

O Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL, 2018:20), por exemplo, cuja elaboração e circulação tem como finalidade principal garantir maior clareza e padronização na comunicação oficial do Congresso Nacional, ressalta que:

A impessoalidade decorre de princípio constitucional (Constituição, art. 37), e seu significado remete a dois aspectos: o primeiro é a obrigatoriedade de que a administração pública proceda de modo a não privilegiar ou prejudicar ninguém, de que o seu norte seja, sempre, o interesse público; o segundo, a abstração da pessoalidade dos atos administrativos, pois, apesar de a ação administrativa ser exercida por intermédio de seus servidores, é resultado tão-somente da vontade estatal. A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos. Sendo assim, os assuntos objetos dos expedientes oficiais não devem ser tratados de outra forma que não a estritamente impessoal. [...] não há lugar na redação oficial para impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário. A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade de quem a elabora. A concisão, a clareza, a objetividade e a formalidade de que nos valem para elaborar os

expedientes oficiais contribuem, ainda, para que seja alcançada a necessária impessoalidade.

A partir do exposto, é perceptível que a revisão de textos oficiais, por exemplo, deve manter as características da redação oficial ou adequá-la aos moldes apresentados no referido manual, precisando o profissional de revisão estar estritamente atento às diversas características inerentes aos textos dessa natureza. Eis a paradoxal relação de amparo e apagamento do revisor. Iremos nos aprofundar sobre este apagamento na próxima seção.

3.2 Apagamento do Profissional de Revisão

Até que ponto os processos executados pelo profissional de revisão podem lhe conferir autoria, tornando-o, assim, coartífice daquela paisagem textual? Pode o profissional de revisão almejar algum lugar que não seja nas entrelinhas?

A revisão de textos é uma atividade realizada nas sombras, tem natureza essencialmente discreta e executa-se intencionalmente de forma muitas vezes anônima. Certamente, as publicações oriundas de processos mais institucionais identificam em suas informações técnicas os nomes dos editores, revisores, diagramadores etc.

No entanto, não é incomum que circulem textos profissionalmente revisados sem que, necessariamente, seja mencionado o crédito ao profissional que realizou a tarefa. É o caso, por exemplo, de muitas revistas acadêmicas, nas quais podem ocorrer pelo menos dois cenários: (i) o texto submetido à aprovação ter sido previamente revisado por profissional de revisão, sem nenhuma informação a esse respeito; e (ii) o texto publicado não conter nenhuma menção à revisão de textos, quer ela tenha sido executada em etapa anterior à submissão ou durante o processo de publicação, pela equipe editorial do periódico, ou em ambos momentos.

Quer esteja a identidade do profissional de revisão explícita nas fichas técnicas das publicações – discretamente, como costuma ser a tradição dos movimentos retóricos para o gênero ficha técnica/expediente –, quer esteja apresentada nos *sites* das revistas acadêmicas, ou ainda, de outra forma, totalmente omitida das informações sobre o texto, estaremos diante de um *continuum* de apagamento, tal como é apresentado na Figura 1 abaixo:

Figura 1 – *Continuum* de apagamento do profissional de revisão



Fonte: Os autores (2023)

Esse apagamento parece não ser resultado de um embate político que propositalmente queira esconder o trabalho de revisão, mas é uma característica da natureza desse trabalho que se preocupa em revelar textos com a qualidade desejada socialmente, adequando-os às projeções sociais e cognitivas que partilhamos culturalmente para cada gênero textual.

Todavia, é possível questionar a tensão ética que ocorre numa das pontas do *continuum*, isto é, no total apagamento do profissional de revisão. Se podemos afirmar que a natureza discreta do trabalho de revisão impõe o profissional aos bastidores, de maneira análoga é certo dizer que estar atrás das cortinas é, também, ter nome e função reconhecidos, ainda que, ao final do espetáculo, os aplausos sejam sempre dirigidos aos atores. Dito isso, fica a seguinte reflexão: será que todo texto cuja instanciação fora atravessada pelo trabalho do profissional de revisão não deveria creditar essa participação?

Se, por um lado, o profissional de revisão não deve ser alçado ao palco e, por outro, parece-lhe caber alguma identificação que lhe presentifique nos bastidores, qual alternativa lhe daria o *status* adequado? A resposta a essa questão parece envolver aspectos éticos e profissionais de uma atividade que ainda não é regulamentada como profissão e que implica, também, questões sociais sobre trabalho, escrita e autoria. Talvez evitar os extremos do *continuum* seja uma boa estratégia para iniciar o debate.

3.3 Expectativas Sociais

O imaginário coletivo que diz respeito ao revisor parece ser unísono. Diversos produtos culturais, como filmes, por exemplo, apresentam homens brancos, de meia-idade, usando óculos e mal-humorados, como podemos ver na Figura 2 a ser apresentada a seguir. Na figura em questão, temos, na ordem, os revisores presentes em *O mestre dos gênios*, *A vida de um gênio* e *Mary Shelley*⁶, sendo todos estes

⁶ "Genius", no Brasil "O mestre dos Gênios", 2016, de Michael Grandage; "Rebel in the Rye", no Brasil "A vida de um gênio", 2017, de Danny Strong; e "Mary Shelley", 2018, de Haifaa Al Mansour.

filmes baseados em fatos reais e, de certa maneira, abordando a vida dos profissionais do texto:

Figura 2 – Revisores textuais em obras audiovisuais



Fonte: Os autores (2023), com base em imagens dos filmes (GENIUS, 2016; MARY..., 2018; REBEL..., 2017).

Segundo Marnie Hughes-Warrington (2007:192, tradução nossa), podemos “usar filmes como ponto de partida para explorar e entender as várias versões da história”⁷. Essas produções culturais, principalmente as que são baseadas em fatos reais, são interessantes como fonte de pesquisa por elas próprias partirem de apurações para sua concepção/produção e execução, refletindo aspectos da nossa história. Segundo a autora, essa questão pode ser considerada mais em relação ao presente do que ao passado, já que uma produção atual, lançando olhos sobre algo que aconteceu no passado, fala com propriedade de como essa sociedade presente vê a anterior (HUGHES-WARRINGTON, 2007). Sendo assim, dentro do imaginário atual, através dessas

⁷ To use film as an entry point to explore and understand those varied visions of history (HUGHES-WARRINGTON, 2007:192).

adaptações, temos a concepção da imagem do profissional de revisão de textos de 1818 (ano de publicação de *Frankenstein*) até os dias atuais, e, de acordo com o que podemos ver na figura 2, essa imagem não parece mudar muito com o passar dos anos.

Ainda que a imagem desse profissional não corresponda necessariamente à realidade atual devido à luta dos movimentos sociais no último século, existe ainda a expectativa de que aquele responsável por revisar o texto seja implacável com os “erros” encontrados, para que, sem eles, e somente sem eles, o texto torne-se um sucesso.

O que alguns leitores desavisados não esperam é que, em alguns casos, o que os incomodam em determinado texto não seja um erro, mas um posicionamento político, como por exemplo ao deparar-se com plurais femininos nas generalizações ou expressões como *sulear* (usado por Freire) em oposição a *nortear*; ou, ainda, em alguns autores, a total ausência de acento grave indicativo de crase e outros sinais gráficos, que, para *eles*, *amortecem* a língua, fazendo-a parecer sintética. Entretanto, sabe-se que, no final, o profissional que reconhece aquele possível erro como marca do autor e decide manter no texto, independentemente do seu posicionamento político, é o revisor.

Ademais, esse profissional carrega a culpa por ir além e adequar o texto para que converse com os demais de sua época ou com os demais de um determinado produto cultural para que tenha coesão, coerência e unidade gramatical, adeque-se ao gênero proposto ou, ainda, para que caiba no espaço designado, podendo ser publicado e, assim, (re)conhecido.

Em outras palavras, existe uma negociação tácita ou, às vezes, explícita entre o profissional que revisa o texto e aquele que primeiro pensou o texto. Existem sentenças que vão precisar ser corrigidas, reescritas e até retiradas, parcial ou totalmente do texto, para que este torne-se a versão final possível e, assim, veiculada. O revisor negocia isso com o autor muitas vezes sem se comunicar diretamente com ele, advindo daí a ideia de “tácita”, argumentando através daquilo que lhe dar poder – a norma. Assim sendo, o autor, por sua vez, a depender do ambiente institucional em que o trabalho de revisão é realizado, tem veto assegurado diante do que for proposto, mesmo se as alterações fazem com que o texto perca, dentre outras coisas, sua autenticidade, suas características peculiares ou seu posicionamento crítico.

Por fim, o que se espera de um revisor de texto, para além de sua imagem, domínio da norma e compreensão, é seu papel social ativo enquanto profissional. Afinal, seu trabalho é decisivo na nossa sociedade grafocêntrica, e, como diz Talíria Petrone em sua justificativa para submissão do PL: “um texto direto e inteligível tem grande importância

ANDRADE, Adriano Dias de; BERNARDINO, Andressa Lira; SILVEIRA, João Gabriel Pereira da; LIMA, Widma Sandrelly Maria de. A revisão de textos enquanto atividade social: norma, prática e poder. *Revista Intercâmbio*, v.LIII, e61736, 2023. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

na garantia de direitos, uma lei escrita de forma confusa, por exemplo, pode gerar insegurança jurídica e influenciar negativamente na vida de milhares de pessoas” (BRASIL, 2020:1).

4. Considerações Finais

Diante das proposições apresentadas sobre os profissionais de revisão de texto, seu artefato de trabalho, ou seja, o texto enquanto versão possível – resultado de várias negociações entre revisores e autores –, centrado neste artigo dentro de uma perspectiva social que inclui a instituição que o regula junto à norma, à prática e à expectativa de quem receberá seu trabalho – às vezes sem nem perceber que houve um trabalho ali –, chegamos ao limite da discussão dentro da perspectiva proposta, sem deixar de apontar, entretanto, para novos horizontes.

O tema aqui discutido abre-se, ainda, para outros debates, por exemplo: o caráter coletivo do trabalho de revisão e a regulação mútua entre os profissionais envolvidos; a atual identidade social do profissional de revisão (cor, gênero, idade etc.); e como essa leitura de classe pode estar associada aos textos publicados. Essas questões devem incitar novas pesquisas nesse campo, que, como dito anteriormente, podem fazer a diferença na garantia de direitos e apreensão de deveres.

Por fim, a partir da reflexão teórico-exploratória apresentada nas seções anteriores, espera-se que as categorias de *norma*, *prática* e *poder* sejam compreendidas não apenas como categorias explicitamente relacionadas ao trabalho de revisão, mas também como fatores que explicam por que o trabalho de revisão é o que é. Afinal, como discutimos, o profissional de revisão encontra-se inserido em contextos sociais nos quais essas categorias são entendidas por nós como fundamentais e inter-relacionadas.

Referências bibliográficas

ATHAYDE, P. et al. *Revisão de textos: interferência e intercessão*. Tomo 1. Madrid: Bubok Publishing, 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 5084/2020, de 31 de outubro de 2020*. Regulamenta a profissão de revisor de textos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2264951>. Acesso em: 16 abr. 2023.

ANDRADE, Adriano Dias de; BERNARDINO, Andressa Lira; SILVEIRA, João Gabriel Pereira da; LIMA, Widma Sandrelly Maria de. A revisão de textos enquanto atividade social: norma, prática e poder. *Revista Intercâmbio*, v.LIII, e61736, 2023. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 3ª. ed. Brasília, DF: Casa Civil; Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

D'ANDREA, C. F. B.; RIBEIRO, A. E. Retextualizar e reescrever, editar e revisar: reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, 14.1:64-74. Juiz de Fora: UFJF, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25140>. Acesso em: 16 abr. 2023.

GENIUS. Direção: Michael Grandage. Produção: James J. Bagley. Intérpretes: Colin Firth, Jude Law, Thomas Wolfe, Nicole Kidman et al. Roteiro: John Logan; MG Company; Desert Wolf Productions, 2016. 1 DVD (104 min.) son., color.; 4 3/4 in. Baseado em "Max Perkins: Editor of genius" de A. Scott Berg.

HUGHES-WARRINGTON, M. *History goes to the movies: studying history on film*. New York: Routledge, 2007.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARY Shelley. Direção: Haifaa Al Mansour. Produção: Amy Baer, Alan Moloney, Ruth Coady. Intérpretes: Elle Fanning, Douglas Booth, Bel Powley, et al. Roteiro: Emma Jensen; HanWay Films; IFC Films, 2018. 1 DVD (121 min.) son., color.; 4 3/4 in. Baseado em "A Storm in the Stars" de Emma Jensen.

MOURÃO, E. A hipercorreção na escrita formal: dilemas do revisor de textos. *Scripta*, 14.26: 163-178. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5913662>. Acesso em: 16 abr. 2023.

OLIVEIRA, R. R. F. *Revisão de textos: da prática à teoria*. Natal: EDUFRN, 2016.

ANDRADE, Adriano Dias de; BERNARDINO, Andressa Lira; SILVEIRA, João Gabriel Pereira da; LIMA, Widma Sandrelly Maria de. A revisão de textos enquanto atividade social: norma, prática e poder. *Revista Intercâmbio*, v.LIII, e61736, 2023. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

REBEL in the Rye. Direção: Danny Strong. Produção: Bruce Cohen, Jason Shuman, Molly Smith et al. Intérpretes: Nicholas Hoult, Zoey Deutch, Kevin Spacey, et al. Roteiro: Danny Strong, Kenneth Slawenski; Black Label Media; IFC Films, 2017. 1 DVD (106 min.) son., color.; 4 3/4 in. Baseado em "J.D. Salinger: A Life Raised High" de Kenneth Slawenski.

RIBEIRO, A. E. Revisão de textos e "diálogo" com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32, 2009, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009: 1-10. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2050-1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

RODRIGUES, D. L. D. I. Revisão de textos: entre a teoria e a prática. *Cadernos CESPUC de Pesquisa*, 1.26: 1-8. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/11446/9241>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SILVA, R. A. O conceito de práxis em Marx. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/24571/1/RenathoAndriollaDaSilva_DISSERT.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2020.

VIEIRA, F. E. A norma-padrão (e seus outros nomes) na avaliação da produção escrita. *Calidoscópio*, 15.1: 6-17. São Leopoldo: Unisinos, 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.151.01>. Acesso em: 16 abr. 2023.

Recebido em: 18/04/2022

Aprovado em: 26/05/2023



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada